



Foi instalada nesta terça-feira (19), na Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar Mista Ética contra a Corrupção. O grupo conta com a participação de 221 deputados e senadores, de mais de 20 partidos.

Não é a primeira vez que parlamentares se mobilizam para cobrar transparência na gestão de recursos públicos e fiscalização das atividades dos agentes públicos. A primeira frente contra a corrupção foi criada em 2004, há 15 anos.

Para Gil Castelo Branco, representante da ONG Contas Abertas, que esteve na cerimônia de lançamento, este é um momento favorável para retomar a discussão do tema. “Em primeiro lugar, porque a sociedade está mobilizada contra a corrupção. Em segundo, porque nesta legislatura temos muitos parlamentares que vieram de movimentos populares. E um terceiro fator é que temos uma matéria-prima grande com a qual podemos trabalhar: o pacote de propostas apresentado pelo ministro Sérgio Moro”, explicou.

### **Eixos**

A coordenadora da frente parlamentar, deputada Adriana Ventura (Novo-SP), ressaltou que o combate à corrupção não tem divisão entre direita e esquerda, situação e oposição.

Ela informou que os parlamentares já se dividiram em grupos de trabalho, a fim de focalizar principalmente três eixos: “Legislar, para fazer as reformas necessárias; fiscalizar, para propor ações que melhorem a gestão dos recursos públicos; e educar, porque temos de falar com todos os setores da sociedade sobre os malefícios da corrupção”.

O deputado Marcelo Calero (PPS-RJ), que também integra o grupo, afirmou que o alto índice de renovação da Câmara nesta legislatura facilitará o combate à corrupção. “Essa agenda está em

sintonia com os anseios da sociedade. A população está consciente de que a corrupção mata, de que essa prática tem relação direta com a sua vida”, comentou. “Se a fila do hospital está grande, se a escola está mal cuidada, se o professor está mal pago, a corrupção tem a ver com isso também”, exemplificou.

#### **Partidos**

Marcelo Issa, do Movimento Transparência Partidária, apontou que, em todos os últimos escândalos de corrupção do País, partidos políticos foram veículos dos esquemas que vieram à tona. Por isso, ele defendeu a transparência da atuação partidária e a equidade na distribuição de verbas, entre outras providências.

“Nós avançamos muito no que se refere à transparência das contas e dos processos eleitorais, mas ainda precisamos melhorar na transparência das dinâmicas de funcionamento e da contabilidade dos partidos”, declarou.

**Fonte:** Agência Câmara Notícias, em 19.03.2019.